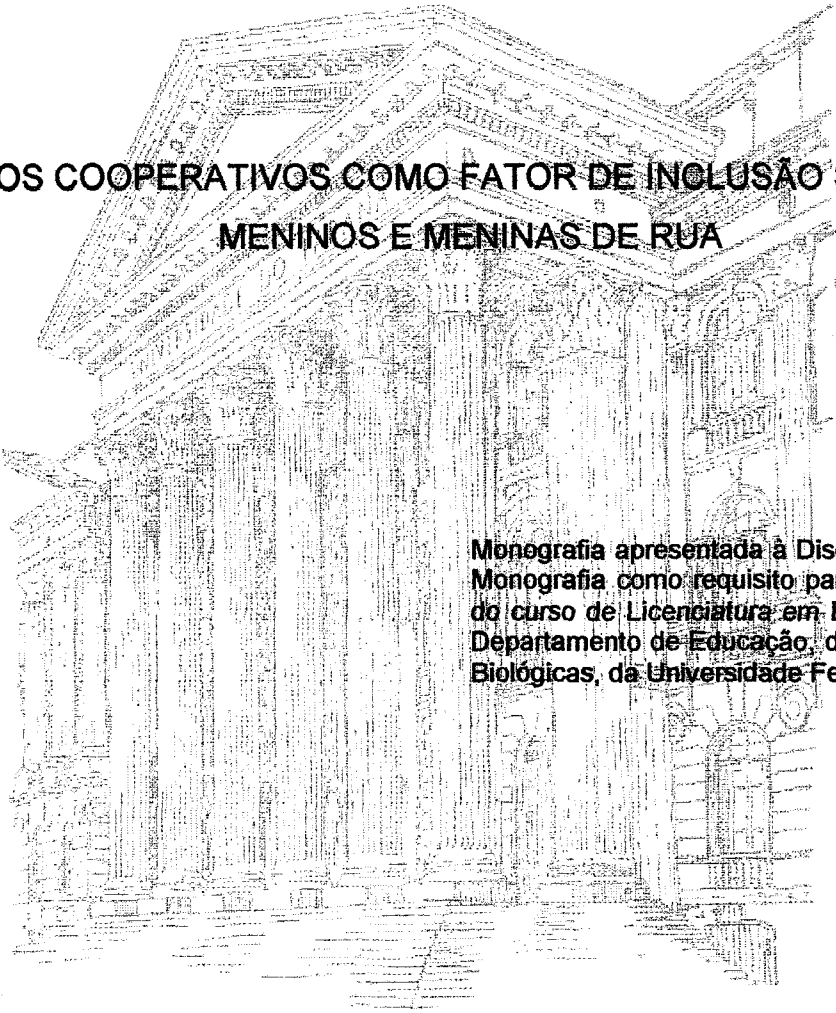


MÁRIO CERDEIRA FIDALGO

JOGOS COOPERATIVOS COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL DE
MENINOS E MENINAS DE RUA



Monografia apresentada à Disciplina Seminário de Monografia como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física, do Departamento de Educação, do Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA

2002

MÁRIO CERDEIRA FIDALGO

JOGOS COOPERATIVOS COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL DE
MENINOS E MENINAS DE RUA

Monografia apresentada à Disciplina Seminário de
Monografia como requisito parcial para conclusão
do curso de Licenciatura em Educação Física, do
Departamento de Educação, do Setor de Ciências
Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.

ORIENTADOR

Rogério Goulart da Silva

DEDICATORIA

Dedico este trabalho a todos os companheiros do movimento estudantil que não desistiram de lutar mesmo nos momentos de dificuldade e que acreditam na possibilidade de mudança.

A todos que buscam uma sociedade mais justa, sem desigualdades sociais.

Aos movimentos sociais.

“Principalmente, sejam sempre capazes de sentir no mais profundo qualquer injustiça cometida contra qualquer pessoa e em qualquer parte do mundo, É a qualidade mais linda de um revolucionário”

Che

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais que acreditaram em mim mesmo nos momentos de dificuldade.

Ao meu orientador e amigo Professor Rogério.

Aos meus companheiro e amigos da faculdade.

Ao Rafael por ter me ajudado a visualizar o que hoje eu acredito como movimento estudantil dentro da Universidade e principalmente politicamente fora dela.

A Ariadine que me incentivou e motivou nos momentos em que mais precisei.

Ao Pedro por estar comigo nos momentos de dificuldade principalmete no projeto.

Aos Los Ernestos

SUMÁRIO

RESUMO	vi
1 INTRODUÇÃO	01
1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA.....	01
1.2 JUSTIFICATIVA.....	02
1.3 OBJETIVO.....	03
1.3.1 OBJETIVO GERAL.....	03
1.3.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS.....	04
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	05
2.1 MENINOS E MENINAS EM SITUAÇÃO DE RISCO.....	05
2.2 A EXCLUSÃO SOCIAL DOS MENINOS E MENINAS DE RUA.....	09
2.3 O PAPEL DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA JUNTO AOS MENINOS E MENINAS DE RUA.....	12
2.4 JOGOS COOPERATIVOS COMO INSTRUMENTO PEDAGOGICO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	14
3 METODOLOGIA	18
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	23
ANEXOS	26

RESUMO

O trabalho tem um carácter bibliográfico, trabalhando os temas meninos de rua, jogos cooperativos e exclusão/inclusão social, sendo realizado junto a uma camada da sociedade que é denominada como menores infratores. Esses meninos vivem em sua maioria na rua, e devido a alguns fatores acabam envolvidos com drogas e cometendo algumas infrações, chegando dentro de instituições de recuperação.

A preocupação das pessoas, incluindo alguns governantes, com essas crianças gira apenas em cima da presença delas nas ruas deixando de lado o verdadeiro problema, sem um estudo de por que elas estão nesta situação. Essas crianças sofrem preconceitos, e são deixados de lado pela nossa sociedade.

O professor de Educação Física que trabalha junto a esta camada da população tem como um instrumento pedagógico a utilização dos jogos cooperativos. Esses jogos tem como principais características a participação de todos sem nenhum tipo de rejeição e preconceito, um senso de unidade entre os participantes, aumento da auto-estima e além disso são divertidos e motivantes.

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Hoje em dia, em função do alto desenvolvimento econômico e urbanização acelerada, somado a conseqüente fragmentação das identidades, é causada uma divisão de classes na qual a única saída parece ser apontada para a conquista de poder e comércio. Essa fragmentação está presente nas diferentes oportunidades que as pessoas tem de estudar, trabalhar, respeito, participação e com isso partilhar amor e carinho. Dentro dessa perspectiva existe uma camada da população denominada pela sociedade jurídica, menores infratores. São meninos que vivem na rua, utilizando-a como ambiente no qual trabalham informalmente vendendo doces em semáforos, pedindo esmolas e muitas vezes acabam envolvidos com drogas e pequenas infrações, fator que, com o tempo desencadeia maiores complicações jurídicas.

Determinados setores da nossa sociedade conseguiram encontrar uma forma para resolver este problema, enquadrando esses meninos dentro de instituições que, na teoria, tem um objetivo de recuperação, mas na prática de exclusão. No interior de algumas instituições, os mesmos são maltratados e humilhados. Estes meninos deixam de possuir direitos e passam a ter complicações junto a essas instituições, chegando ao extremo de ações violentas de determinados membros sobre eles e entre os próprios meninos.

O professor de Educação Física que trabalha junto a esta classe social, e que utilizam práticas como os jogos cooperativos, tem um problema a ser resolvido, como veicular estes meninos e meninas à praticas terapêuticas pedagógicas destas instituições para resolver a situação de delinquência e possibilitar os internos a convivência social?

1.2 JUSTIFICATIVA

As causas de crianças e adolescentes em situação de risco social são muito complexas. Resolver o problema da infância e adolescência desprotegida é tarefa que esbarra na resolução de questões nevrálgicas como alimentação, saúde, educação, moradia e saneamento básico, reforma agrária e redistribuição de renda.

Além disso esses meninos sobrevivem em situações desumanas como o abandono, falta de perspectiva em relação ao presente e ao futuro e o preconceito presente com base na situação social. Considerando essas questões devemos observar com maior cuidado o papel do professor de Educação Física, principalmente aquele vinculado junto às camadas sociais menos privilegiadas.

Acima de tudo o profissional desta área é um educador, e através de suas práticas deve ajudar a construir espaços educativos objetivando cultura crítica e, nesse sentido, fazer surgir um sujeito autônomo capaz de decidir o seu rumo, tomando decisões importantes para o convívio social e tendo consciência de sua cidadania.

Em função da complexidade do trabalho com meninos e meninas de rua, o professor deve se preparar através de estudos, debates e acima de tudo tomar como base práticas diferenciadas, possibilitando a verificação de uma realidade que muitas vezes não é observada por estes meninos. O que o professor deve compreender e partilhar neste caso, é que todas as pessoas tem direitos junto à sociedade e que os mesmos devem ser cumpridos pelos nossos governantes, além disso deve incentivar um caminho que leve os meninos a voltar ao convívio da sociedade sem que sejam excluídos pela mesma novamente.

Através de sua prática utilizando jogos cooperativos e adaptados, o educador deve ajudar esses meninos a lutarem contra esse pré conceito estabelecido pela sociedade junto a eles. Esses jogos trazem, além da

própria cooperação, a oportunidade da discussão de temas importantes, como os temas transversais e a própria *inclusão social*¹. Um fator importante também é que estes jogos são motivantes, não deixam de lado a ludicidade e são uma estratégia importante na mão dos profissionais de Educação Física.

Outro ponto positivo na utilização dos jogos cooperativos é a diminuição da violência que existe entre os meninos, mostrando a importância do trabalho coletivo, e principalmente demonstrar que um depende do outro, e que no trabalho comum seus problemas tendem a ter melhor resolução.

1.3 OBJETIVO

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Um dos objetivos é a autonomia pela educação social dos meninos e meninas de rua que são denominados pela sociedade jurídica como menores infratores. Este objetivo vai ser alcançado pelo profissional de Educação Física através de práticas diferenciadas como os jogos cooperativos.

Nesse sentido, os objetivos do trabalho proposto vem na intenção de analisar como os jogos cooperativos podem influenciar no desenvolvimento dos meninos e identificar as principais causas dessa exclusão em que os mesmos são submetidos, relatando as condições e contextos nos quais essas pessoas vivem.

Através desses jogos o professor pode trazer à tona a discussão de temas que estão no convívio desses meninos como a violência, sexualidade, drogas e outros com o objetivo de conscientização no caso das drogas e formação crítica sobre dos outros temas.

¹ Este termo foi utilizado com cuidado em sua especificidade nos capítulos subsequentes.

Tomando por base esse tipo de práticas e discussões junto a esses meninos e meninas, buscar alcançar o objetivo principal, discutindo os direitos que esta camada social tem e que é possível alcança-los através da cooperação e do trabalho em grupo.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS

Com fundamentação teórica e análise contextuai inserir os jogos cooperativos como ferramenta pedagógica nas instituições que tratam de problemas relacionados à delinqüência infanto juvenil.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 MENINOS E MENINAS EM SITUAÇÃO DE RISCO

Quem é o responsável por esta situação? Se for realizada uma enquete em nível de senso comum a maioria das pessoas culpará os pais.

Nessa visão os pais são considerados os culpados pela sociedade porque estão conduzindo seus filhos por todos os lados em cima de carroças junto com papelões. Ironicamente temos a colaboração de EDGECUMBE (1986) que afirma o seguinte: “uma criança brasileira é pior que mosquito tonto, as casas não tem quarto para elas e, como se considera cruel pôr as queridinhas na cama durante o dia, tem-se o prazer de sua companhia sem intervalos”. A grande questão é por que os pais têm que levar essas crianças para todo lado? Por falta de segurança e de orientação educacional, escola para seus filhos, condições precárias de moradia e principalmente por se encontrarem excluídos do mercado de trabalho.

Esta culpa sempre recai nos pais, porque o senso comum através da televisão tem como padrão de uma família: pais casados que moram na mesma residência, que conseguem dar sustento e educação para seus filhos com seu trabalho e principalmente pagam seus impostos em dia para o governo. Numa sociedade como a nossa, em que 5% da população possui todos os meios de produção (terras e fábricas), é fácil culpar os menos privilegiados ou dizer que os roubos, latrocínios, assaltos, invasões de terras, greves, mobilizações populares, passeatas, pobreza, mortalidade infantil, favelas, desnutrição, são problemas sociais.

Nunca se faz um questionamento se as pessoas, que não conseguem se encaixar nesse padrão de família, estão nesta situação porque querem ou por não conseguirem um emprego digno que não os explore. Dizer que são

culpados os pais que não conseguem dar educação (escola) para seus filhos, sendo que o governo é responsável por esta função. O ensino público está cada vez mais fragmentado, a saúde está nos seus piores dias. A política praticada por nossos governantes deixa faltar educação, alimentação, teto, vestuário, lazer, etc.

Aí voltamos a pergunta quem é o responsável por isso, o governo o sistema? PASSETTI(1987) diz, “Na sociedade capitalista em que vivemos, as relações estão baseadas na propriedade, na casa, no carro, fogão...”. Quem na verdade exclui deveria incluir as pessoas que estão em situação de risco. Os meninos de rua se encaixam nesta afirmação. Conforme FREITAS (1993), “Os meninos de rua são os filhos da rua, mas, tanto quanto a pobreza de suas famílias, filhos da classe dirigente brasileira”.

Enquanto nossos governantes não repensarem a forma de trabalho voltado também aos menos privilegiados, fica difícil mudar a situação dos excluídos do nosso sistema. GUARESCHI (1999), acrescenta:

“são poucos os que percebem que o verdadeiro problema, que gera todos os outros, é a maneira como as coisas são repartidas, isto é, problema de produção capitalista, baseado em relações de dominação de uns sobre os outros e exploração do trabalho pelos que detêm os meios de produção. E são as leis criadas pelos donos dos meios de produção que fazem com que isso continue assim. Caso alguém tente transgredir alguma dessas leis, o aparato repressivo estará pronto para colocar esse cidadão em seu devido lugar”.

A preocupação com o problema dessas crianças gira em torno apenas da ameaça e da insegurança que a presença visível delas produz na sociedade. Essas crianças que muitas vezes tem que trabalhar para sobreviver ou até sustentar seus pais, filhos de desempregados que compõe os excluídos sociais. ALBERTO (1997), comenta que,

“todos aqueles fatores sociais, políticos e econômicos que forjam a necessidade da família de enviar seus filhos ao mercado de trabalho. Fatores como flexibilização do mercado de trabalho, tecnologia, políticas econômicas recessivas, que geram desemprego e salário insuficiente para o sustento da família”

Mas conforme o que foi comentado sobre a preocupação do governo, que a mesma esta voltada a presença dos meninos, observa-se nessa ótica que o governo cria instituições de “recuperação” para tirar essas crianças do convívio da sociedade e resolver o “problema”. FRONTANA (1999), nos fala:

“as instituições públicas destinadas ao recolhimento de menores, constituem verdadeiros depósitos de menores, onde crianças e adolescentes reclusos deparam com um ambiente opressivo e hostil, quer pela estrutura física desses estabelecimentos quer pelos procedimentos e métodos utilizados com vistas a seu “tratamento” ou “reintegração social”.

Dentro dessas instituições esses meninos sofrem pela falta de respeito, e até por atitudes violentas. Mas a violência só é lembrada quando é praticada junto aos ricos, junto aos dominantes e nunca junto aos pobres, as classes dominadas.

O que nossos governantes estão preocupados é em concretizar a preparação desses meninos para construir suas vidas e de seus futuros filhos nos moldes da produção de um sistema excludente, ou seja, quem tem mais pode mais. Segundo FRONTANA (1999), “o modelo econômico adotado, apresentado na exploração de mão-de-obra não qualificada, na contenção salarial e em precárias condições de trabalho, reproduziu e aprofundou um padrão nefasto de capitalismo, caracterizado pela associação entre o acelerado desenvolvimento econômico e acentuada depauperação da classe trabalhadora”

O que restará a esses meninos considerados menores? FRONTANA (1999), comenta: “o processo de marginalização social ao qual essas famílias estavam submetidas era incorporada pelo saber oficial como um dos fatores da própria marginalização do menor”. O que dá para entender é que resta a esses meninos iniciar-se no comércio dos biscates, cuidando de carros vendendo doces nas esquinas, vivendo na rua, assaltando, e tudo isso, não por opção e sim por falta, na formação oportunidade de emprego para todos não existe. E o pior, na rua esses meninos ficam mais perto do acesso a drogas e à marginalidade.

Segue abaixo letra da musica meninos de rua:

Se você quiser pode até sentir o cheiro
Dos meninos da rua
Neles você pode se ver
Se quiser vai ver

Se você quiser pode até sentir o toque
Daquela mão fria
Que suja pra sobreviver
Se quiser viver

Condenado, condenado

Se você quiser pode até sentir o gosto
Da barriga vazia
Fome não ti deixa crescer
Se quiser vai ter

Se você quiser pode até sentir a força
Beleza e alegria
Do corpo do menino que vê
Se quiser vai ser

Libertado, libertado
(*Marlos Soares*)

2.2 A EXCLUSÃO SOCIAL DOS MENINOS E MENINAS DE RUA

Neste extrato da população, do qual se registra um contingente crescente de “novos moradores” de rua, percebe-se aumento relativo de população infanto juvenil, que aparentemente flutua no cotidiano urbano entre uma preocupação e um esquecimento da perspectiva em relação à convivência e a educação do futuro. Por que aparentemente flutua?

Aparentemente flutua porque, na realidade, a exclusão ou “inclusão” dessa categoria, juridicamente estabelecida, marca espaços territoriais que são remarcados e na maioria das vezes, reconfigurados pelos meninos e meninas em uma outra, em relação àquela na qual foi/é utilizada para identificá-los, como os outros diferentes, os menores, os outros que incomodam, que inquietam, que subvertem a ordem, etc.

Verificando atentamente ao processo de inclusão/exclusão, percebe-se que não se pode definir algo exato numa população como a de meninos e meninas de rua. Entretanto, nos detalhes das formas jurídicas e legais, somadas com a educação moral, pode-se chegar às raízes e até soluções plausíveis ao problema; pelo menos à possibilidades conjuntas no intento de converter um novo olhar para a situação que não se mostra nada otimista no seu curso oculto.

Mas para isso é necessário entender como o estigma marca, reproduz ações sociais equivocadas para o trato de problema tão relevante.

Nesse sentido descrevo abaixo um esboço da inculcação social generalizada em relação ao estigma dessas pessoas que excluídas, “flutuam” nas ruas das cidades.

Os meninos que cometem algum tipo de infração por causa da sua situação econômica, estão em condições semelhantes às dos grupos que mais sofrem preconceitos e conseqüentemente rotulados pela sociedade, configurando certo tipo de exclusão.

Essa forma de exclusão se origina na criação de termos tais como “menor” e “menino de rua”, nesse caso para citar como referência às crianças que vem de classes sociais menos privilegiadas. O termo pode não ser tão pejorativo, mas a forma como é utilizado legalmente, pode configurar pensamento e juízo de valor degenerativo e generalizado. Vejamos portanto o código do menor.

Artigo II do código de menores: “Para efeito deste código, considera-se em situação irregular o menor:

I – Privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória ainda que eventualmente em razão de : a) falta, ação ou omissão de pais ou responsável; b) manifesta irresponsabilidade dos pais ou responsável para provê-las.

II – Vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável.

III – Em perigo moral devido a: encontrar-se de modo habitual em ambiente contrário dos bons costumes.

IV – Privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável.

V – Com desvio de conduta, em virtude de grande inadaptação familiar ou comunitária.

VI – Autor de infração penal.

Lendo o código nota-se para quem é feito e pode-se perceber a divisão social é feita para o termo menor. PASSETTI (1987) diz a respeito do código: “É feito para crianças e jovens oriundos de famílias trabalhadoras de baixa renda, geralmente desorganizada, ou seja, marginalidade social”.

No ano de 1996, a professora e pesquisadora Marília Spósito, orientadora do estudo desenvolvido no programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da USP, relatou uma entrevista com crianças e adolescentes que estavam ou moravam nas ruas de São Paulo. Quando destinou uma pergunta a uma criança sobre a sua situação de menino de rua, a mesma respondeu que não é da rua e sim da sua mãe. Esta criança

com certeza não sabe o que é exclusão social, não sabe que tem direitos como educação e saúde, mas sabe que por ser chamada de menino de rua está abaixo das outras crianças que estão em melhor situação financeira que ela e que por isso não são taxados como meninos de rua ou menores. Segundo FRONTANA (1999),

“O termo menor constitui-se na maneira como os setores dominantes da sociedade fazem seu reconhecimento da condição específica de crianças e adolescentes pertencentes às classes trabalhadoras de baixa renda - os filhos de negros, nordestinos ou brancos pobres – que carregam as marcas e estigmas da exclusão, enfim os signos da discriminação que recaem sobre sua classe social.”

O preconceito no Brasil, aumenta conforme o status da pessoa, ou seja, quanto mais elevada a sua posição social maior é o desinteresse junto a meninos que vivem em situação de risco. Ou pior, a preocupação aumenta e o aparato policial é chamado. GULLO (1998) fala, “a violência da sociedade se contrapõe à violência dos excluídos e se manifesta através do aparato policial, que caça, prende, tortura e mata cidadãos protegido pelo pressuposto de que se trata da luta do bem contra o mal”.

Em cima disso nos podemos colocar os meninos de rua como o mal da fala de Gullo, e esclarece que fica muito mais fácil você terminar de excluir uma determinada classe do que tentar inclui-la. Para SILVA (2000), “Os adolescentes infratores são tratados, quotidianamente, como uma espécie diferente, uma anomalia que surge na sociedade e a surpreende, porque não é o que a sociedade espera do desenvolvimento de suas crianças.”

Isso pode suscitar estudos que conforme relato de Rogério Silva, “batizem a negação do problema de uma sociedade doente que não reflete seus atos de proliferação da doença e continua aplecando regras *normopáticas*² e problemas que tem causa na normalidade”.

A exclusão social não ocorre só no comportamento das pessoas utilizando termos de uma forma discriminatória como os vistos acima mas

² Normopatia: Doença da normalização, que estabelece como regra geral determinado tipo de ação e conduta (Grupo de estudos de Políticas Institucionais do Centro de Educação da UFSC)

também em relação ao gênero, raça, cor, opção sexual, credo. A falta de condições mínimas de sobrevivência como educação de qualidade, saúde, alimentação, lazer, são os principais pontos que criam uma exclusão.

FRONTANA (1999), no seu livro *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*, comenta que:

“essa percepção traduz-se em nossa hipótese básica: a de que tanto o cotidiano daquelas crianças e adolescentes estava virtualmente marcado pelas representações sobre o menor como, reciprocamente, essas representações nutriram-se de expressões emanadas da vida cotidiana de crianças e adolescentes pertencentes às classes de baixa renda”.

Isso denota uma marca no espaço e no tempo dessa população dita flutuante, mas que têm, nas ruas, um porto menos inseguro do que espaços institucionais.

2.3 O PAPEL DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA JUNTO AOS MENINOS E MENINAS DE RUA

Hoje em dia são poucas as pessoas que procuram um trabalho voltado a meninos e meninas em situação de risco, alguns responsáveis com certeza são as Instituições formadoras que não possibilitam aos acadêmicos um aprofundamento, através de estudos, voltado a esse grupo social.

Essas Instituições, em grande parte, estão preocupadas somente com o lado financeiro e acabam formando profissionais com a mentalidade voltada apenas para a competição, deixando de lado o papel do educador. SOLER (2002) comenta sobre a exclusão que alguns profissionais fazem em suas aulas,

“A Educação Física não pode servir para separar, não podemos mais compactuar com pessoas que, a título de formar atletas, dividem, separam e excluem todos os que são diferentes, lembrando que esses são os que mais participam do professor e da atividade proposta. Até quando teremos que

conviver com uma sociedade que teima em valorizar só o que a mídia impõe, na qual pessoas são consideradas de segunda categoria, e por isso mesmo menos capazes?”

Essa crítica nos faz refletir como deveria ser a formação dos profissionais que trabalharão em instituições de recuperação com meninos que já são excluídos do convívio social. O trabalho do profissional de Educação Física neste contexto está voltado à formação de cidadãos críticos capazes de reconhecerem seus direitos e lutarem pelos mesmos, superando a mera e fácil reprodução de conhecimento. Segundo GUARESCHI (1999), “É preciso continuar sempre com uma visão crítica, é preciso que se crie em novo hábito de ver as coisas. Somente através de uma visão crítica podemos manter a capacidade de discussão aguçada, uma mente aberta ao futuro, uma perspectiva histórica, profética e transformadora.”

É possível trabalhar termos como violência, competição, regras, sexualidade, machismo, etc., de forma que possibilite a criança obter opinião crítica sobre esses assuntos.

De acordo com PRADO (1998), “O compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva e a afirmação do princípio da participação política.” Com essa afirmação fica evidente a importância de se trabalhar com os temas transversais como ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual e trabalho e consumo.

No que se refere aos meninos e meninas de rua, a Educação Física tem como objetivo principal a inclusão, ou seja, de que forma essas crianças poderão voltar a se relacionar de novo em uma sociedade que é excludente? Neste caso o trabalho do professor de Educação Física é mais complexo e precisa de um estudo aprofundado em relação a vida dos meninos e as causas que levaram os mesmos, a usar drogas e cometerem infrações, questões pertinentes à exclusão social.

O profissional que se preocupa com a dignidade humana trabalha com a criança, sem a mesma se dar conta que este sabe dos motivos que as levaram a esta situação de risco pessoal e social. Nos dizeres de PRADO (1998) esta questão esta relacionada à, “buscar o respeito aos direitos humanos, repúdio à discriminação de qualquer tipo, acesso a condições de vida digna, respeito mútuo nas relações interpessoais, publicas e privadas”.

Na seqüência, trabalha os tópicos citados nos últimos parágrafos, compreendendo como funciona a relação desses meninos entre eles e a sociedade. Levando em consideração estas questões, o professor junto com o aluno pode construir uma prática diferenciada tentando proporcionar ao mesmo condições para que este possa pensar e encontrar uma solução para o seu problema, sempre construindo juntos tanto as atividades como as respostas para os problemas criados pelas atividades, mostrando a importância do coletivo, da união de classes e principalmente de lutarem por seus direitos. Sendo assim, somente no sentido de possibilitar, através de estratégias pedagógicas contextualizadas, a reflexão para autonomia pessoal, o professor de Educação Física pode ser considerado um Educador atualizado.

2.4 JOGOS COOPERATIVOS COMO INSTRUMENTO PEDAGOGICO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Antes de se falar dos jogos cooperativos é importante definir o que é cooperação. Cooperação significa agir em conjunto com o outro para resolver um problema ou alcançar um objetivo comum, aprender em grupo e auxiliar na construção da tarefa. A cooperação situa-se no pólo oposto da competição, na qual cada um tenta atingir um objetivo pessoal, destruindo, jogando contra o outro. BROTO (1999), define:

“cooperação como um processo social, em que os objetivos são comuns, as ações são compartilhadas e os benefícios são distribuídos para todos, já a competição é um processo em que os objetivos são mutuamente exclusivos, as ações são isoladas ou em oposição umas às outras, e os benefícios são concentrados somente para alguns”.

Além de definir os termos competição e principalmente cooperação, é importante avaliar as situações cooperativas e competitivas. Segundo SOLER (2002), “Os indivíduos em situações cooperativas consideram que a realização dos seus objetivos é, em parte, consequência das ações dos outros participantes, enquanto os indivíduos em situação competitivas consideram que a realização dos objetivos é incompatível com a realização dos objetivos dos demais membros”.

◦ A valorização do trabalho em grupo ocorrerá com maior facilidade nos grupos que tem uma vivência cooperativa chegando em seus objetivos com maior facilidade deixando de lado as dificuldades individuais.

Os jogos cooperativos podem ser encarados como um instrumento do professor de Educação Física nas suas aulas, levando a tona a importância de cooperar um com o outro e acaba deixando de lado a competição que é imposta pelo senso comum. O que é visto é a defesa da competição, valorizando atividades esportivas em detrimento de jogos, como um elemento importante na educação das crianças, com a afirmação de que assim as crianças de hoje ficariam preparadas para um mundo competitivo de amanhã. BRACHT comenta que:

“a criança através do esporte aprende que entre ela e o mundo existem os outros, que para a convivência social, precisamos obedecer determinadas regras, ter determinado comportamento; aprendem as crianças também, a conviver com vitórias e derrotas; aprendem a vencer através do esforço pessoal; desenvolvem através do esporte a independência e a confiança em si mesmos, o sentido de responsabilidade, etc”.

O que é defendido por alguns profissionais por aí, é que o ser humano é competitivo por natureza e por isso seus alunos devem ser preparados para

essa situação para participarem da sociedade. Essa afirmação é decorrente do senso comum, e os jogos cooperativos vão na contra mão dessa forma de olhar pré-determinada, porque as crianças são provocadas a pensar e criticar as coisas, não aceitando qualquer afirmação sem uma discussão previa sobre determinados assuntos. SOLER (2002) , sai em defesa dos jogos cooperativos e explica que “a orientação é sempre não mexer nas regras, ou seja, aceitar o que está pronto e acabado. Nos jogos cooperativos acontece exatamente o contrário, isto é, quanto mais houver contribuição do grupo melhor”.

Os jogos cooperativos, promovem uma relação com o outro baseado não na competição, mas sim na capacidade de cooperar, estes jogos tem como principais características: a participação de todos sem nenhum tipo de exclusão ou rejeição, um senso de unidade entre os participantes, mistura de grupos (independente de gênero, cor raça, opção sexual, etc.) com auto grau de aceitação, aumento da auto estima e além disso são jogos divertidos trazendo uma grande motivação.

Nestes jogos além de ter um grande momento de cooperação, traz um resultado de vitória de todos não deixando ninguém com a fama de perdedor, trabalhando com isso a melhora da auto-estima que é sem dúvida, o ponto mais fraco dos meninos de rua que são marginalizados por nossa sociedade. Segundo BROTTTO (1999), “os jogos cooperativos eliminam o medo do fracasso e o sentimento de fracasso. Eles também reforçam a confiança em si mesmo, como uma pessoa digna e de valor”.

SOLER (2002) nos ajuda a reforçar,

“o jogo é, por excelência, integrador. Há sempre um caráter de novidade, o que é fundamental para despertar o interesse da criança, e quanto mais joga ela vai se conhecendo melhor, conhecendo quem também joga e, o principal, construindo interiormente o seu mundo. É fundamental que a pessoa que ofereceu o jogo proponha situações desafiadoras, que motivem diferentes respostas, pois assim a criatividade será estimulada”.

Os jogos cooperativos e jogos adaptados podem ser trabalhados com base na concepção teórica crítico superadora e uma visão histórico-crítica ,

possibilitando a construção das regras e discussão dos resultados alcançados junto com os alunos, nunca o professor impondo nada. GUARESCHI (1999) nos fala que “é importante que se crie um novo hábito de ver as coisas. Somente através duma visão histórico-crítica podemos manter a capacidade de discussão aguçada, uma mente aberta ao futuro, uma perspectiva histórica, profética e transformadora”. Sobre a teoria crítico superadora BRACHT (1992) comenta,

“a metodologia na perspectiva crítico-superadora implica um processo que acentue, na dinâmica da sala de aula, a intenção prática do aluno para aprender a realidade. Por isso, entendemos a aula como um espaço intencionalmente organizado para possibilitar a direção da apreensão, pelo aluno, do conhecimento específico da Educação Física e dos diversos aspectos das suas práticas na realidade social”.

O professor de Educação Física deve possibilitar aos seus alunos a oportunidade de crescimento crítico, construindo novas mentalidades com ações diretas. O futuro do aluno pode começar a ser traçado com atividades com visão crítica, histórica e superadora. GUARESCHI (1999), acrescenta ainda, “a teoria histórico-crítica incorpora dentro do conceito de realidade o projeto, o futuro. E isso faz das pessoas um tipo diferente de gente: gente aberta ao futuro, gente de visão profética e transformadora”

Em cima disso os jogos cooperativos trazem discussões que devem partir dos meninos, sendo que o professor dará a direção. SOLER (2002) comenta que “outro aspecto muito importante é a discussão do grupo após a atividade. É o chamado feedback, e serve para que as pessoas envolvidas no jogo percebam a cooperação que acabaram de praticar”.

O professor dessa forma não estará impondo uma idéia, mas sim estará proporcionando a oportunidade dos meninos descobrirem, que é possível lutar por seus direitos. O educador deve dar a direção e desta forma ficará mais fácil construir cidadãos críticos capazes de lutarem e exigirem seus direitos, em conjunto, nunca deixando de lado a união de forças. Nesse sentido auto-estima deve que ser também trabalhada fazendo com que a criança lute por seus direitos de forma autônoma, destemida, responsável, reflexível e sábia.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo foi de natureza teórica através de pesquisa qualitativa, que buscam mostrar a importância do profissional de Educação Física em utilizar uma prática diferenciada como os jogos cooperativos, como um instrumento no auxílio ao retorno para a sociedade de meninos e meninas que foram excluídos pela mesma.

Além disso os jogos cooperativos foram utilizados dentro de um projeto de extensão, que teve uma duração de três anos junto a meninos de rua vinculados a uma instituição de recuperação situada na região de Campo Magro, para que ficasse mais visível a instrumentação teórica em uma prática visível.

Esse projeto junto à Casa de Recuperação Nova Vida teve a participação de bolsistas de extensão da área da Educação Física, e o trabalho foi realizado em paralelo com psicólogas. A casa tem a direção de um pastor que abriu as portas para o nosso trabalho, não interferindo em nenhum momento em nossa prática possibilitando um melhor aproveitamento em relação aos nossos objetivos.

No final do projeto foram distribuídos questionários junto aos meninos para tentar visualizar melhor os resultados alcançados, sendo que o seu uso pode ser encarado como um instrumento importante no recolhimento de informações de uma investigação. (estes questionários estão em anexo nesta monografia).

Conforme citado anteriormente, a metodologia utilizada neste estudo é de cunho bibliográfico e a coletânea de documentos definiu-se a partir e, principalmente, dos temas: meninos de rua, jogos cooperativos e exclusão/inclusão social. As fontes utilizadas no trabalho foram escolhidas e selecionadas entre fichamentos, pesquisas, estudos de capítulos, livros e romances.

Portanto este trabalho pode ser considerado tanto bibliográfico quanto um estudo prático, pois foram realizadas atividades na Casa de Recuperação Nova Vida. Além disso, essa pesquisa busca possibilitar reflexão teórica voltada à prática do profissional desta área que tem como objetivo trabalhar junto a este grupo determinado e estigmatizado socialmente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve como uma de suas características além da fundamentação teórica, ajudar a compreender melhor os trabalhos realizados em projetos de extensão que tinham como finalidade construir trabalho pedagógico junto a meninos de rua.

O que foi possível levantar é que a marginalização como uma forma de exclusão junto a meninos e meninas de rua é fato concreto e bem mais visível do que parece. Os meninos sofrem por serem esquecidos pela nossa sociedade capitalista e jogados em instituições que não estão preparadas para a “recuperação” deixando os mesmos em situações precárias, que conduzem ao aprendizado das relações de violência entre eles e principalmente das instituições sobre eles.

Denota-se um interessante fenômeno através dessa pesquisa: a comodidade tanto da sociedade em geral, que se ajusta a interesses individualistas quanto de muitos personagens do governo que ignoram esses meninos dentro dessas instituições por serem um contingente desprivilegiado que não atrapalha os projetos do sistema vigente.

Essa despreocupação é visível pela falta de fiscalização junto às instituições e até intervenções para preparar os donos, gestores e/ou responsáveis para que os mesmos realizem um trabalho qualificado.

Em relação ao trabalho acadêmico realizado no projeto de extensão na casa de Recuperação Nova Vida, constatou-se, na vivência prática toda uma (des)ordem de atitudes pedagógicas desconfiguradas de seus objetivos que puderam ser recuperadas, em parte, através dos jogos cooperativos. Estas atividades aumentam não só a compreensão dos temas competição e cooperação mais principalmente a comparação com a vida deles junto à sociedade que os estigmatiza, marginaliza e conseqüentemente os exclui de muitas possibilidades de ser gente.

Essa constatação se deu em função dos trabalhos iniciais com os jogos que ajudaram principalmente para a diminuição da violência entre os meninos, encontrada devido ao despreparo das Instituições e principalmente pela vida deles, que saem da selva urbana na qual vivem brigando quotidianamente por seu espaço, trazendo para dentro da instituição essa preocupação.

Após a conscientização da diminuição da violência surge a possibilidade de uma discussão sobre os direitos que os internos têm e de que forma poderiam alcançar seus objetivos, principalmente no que diz respeito a ajuda e solidariedade. Essa discussão ocorreu graças aos jogos que instigaram a discussão.

Nessa perspectiva, os temas transversais também foram trabalhados de forma educativa prazerosa e com resultados bons. Os meninos tinham aquele velho preconceito de que a aula de Educação Física sempre esteve baseada no "jogar bola", e que durante este tempo não poderia ser aberto para outras atividades. Com o decorrer das aulas, aquelas atividades que para eles, inicialmente, pareciam chatas, se transformaram através da participação integral, em atividades gostosas culminando ao ponto dos meninos pedirem para repetir algumas atividades e até deixarem o futebol de lado.

Uma dessas experiências marcou a prática destes meninos. Consistia de uma atividade simples, que se configurava numa rede de pescador adaptada para a cooperação, possibilitando o trabalho em grupo. Neste caso o objetivo seria alcançado somente em conjunto; exercício que emergiu questões potêmicas, tais como as de gênero, raça, cor, etc. Um exemplo: menino segurando na mão de menino superando de lado o velho preconceito de masculinidade do macho.

As dimensões pedagógicas do trabalho superaram não somente as minhas expectativas acadêmicas, mas também aspectos institucionais profundamente encaixados na organização da pesquisa.

E finalizando, registro que o mais importante neste estudo foi a transformação no meu modo de ver e pensar não só a Educação Física e sua

prática pedagógica, mas também, verificar a possibilidade de transformação pessoal e social.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ALBERTO, M. F. P. **O trabalho infantil no mercado informal de rua: Primeiras considerações sobre o trabalho dos meninos em condições de rua.** Rio de Janeiro, 1997.
- ANDRADE, M. P. **A Educação Física e a questão da criança e adolescente em situação de risco no Brasil.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Pg. 1149 a 1151.
- ASSMANN, H. **Crítica à Lógica da Exclusão: ensaios sobre economia e teologia.** Paulus, 1994.
- BROTTO, F. O. **Jogos Cooperativos.** Editora Re-Novada, Santos – SP: Projeto Cooperação, 1997.
- CAPARROZ, F. E. **Entre a Educação Física na escola e a Educação Física da escola.** Vitória: UFES, Centro de Educação Física e Desportos, 1997.
- CAVALCANTI, M. L. V. C. **Preconceito de marca, etnografia e relações raciais.** Revista Social, USP, São Paulo, 1999.
- EDGE CUMBE, R. E. **Historia Social da infância no Brasil.** 1886.
- FREITAS, J. **Meninos da miséria.** Folha de São Paulo, 27 de Julho de 1993, Caderno I, p.5.
- FRONTANA, I. C. R. **Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo.** Editora Loyola, São Paulo, 1999.

- GUARESCHI, P. **Sociologia Crítica : alternativas de mudança**. Editora EDIPUCRS, 46ª edição. Porto Alegre, 1999.
- GULLO, A. A. S. **Violência Urbana, um problema social**. São Paulo, Revista Social USP, 1998.
- MASCARENHAS, F. **Meninos e meninas em situação de rua: à guisa de um baculejo**. Revista da Educação Física/UEM, 1999.
- MASCARENHAS, F & LOBO, P. A. **Lazer e educação: intervenção e conhecimento com meninas e meninos de rua na cidade de Goiânia**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Pg. 1126 a 1129.
- MORAIS, R. **O que é violência urbana**. Editora Brasiliense. São Paulo, 1981.
- NETO, V. M. & TRIVIÑOS, ^a N. S. **A Pesquisa Qualitativa na Educação Física, alternativas metodológicas**. Porto Alegre, 1999, Editora Sulina.
- PASSETTI, E. **O que é menor**, Coleção primeiros passos. 1987, 3ª edição. Editora Brasileira.
- PESSOA, C. **Identidade: de que se está falando?** Revista Ciências Humanas. Rio de Janeiro, 1998
- PRADO, I. G. A. (Secretaria de Educação Fundamental). **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas transversais**. Brasília, 1998.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: A apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC / SEF , 1998.
- SILVA, C. A. **Adolescentes infratores: Cor, pobreza e discriminação**. Educação em Revista, Belo Horizonte, 2000.

SOARES, C. L. & TAFFAREL, C. N. Z. & VARJAL, E. & FILHO, L. C. & ESCOBAR, M. O. & BRACHT, V. **Metodologia do Ensino de Educação Física / Coletivo de Autores**. São Paulo: Cortez, 1992.

SOLER, R. **Jogos Cooperativos**. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

ANEXOS
QUESTIONÁRIO

Questionário aplicado aos meninos internos da Casa de Recuperação Nova Vida durante a realização do projeto de extensão da Universidade Federal do Paraná. O questionário foi aplicado aos meninos com idade que variam de 8 a 18 anos. Foram selecionadas algumas respostas devido a grande quantidade de meninos, além do que as respostas muito parecidas.

1) Vocês acham que a Educação Física deve continuar no ano que vem?
Por quê?

- Sim, porque é um lazer a mais para nós.
- Sim, porque a Educação Física é um programa que pode ensinar muitas coisas boas tipo respeito, etc.
- Com certeza, ajuda na nossa recuperação.

2) O que a Educação Física trouxe de bom para vida de vocês?

- Trouxe educação, se divertir muito tipo brincadeiras diferentes.
- Me ajudou muito na parte física e pela amizade que construímos com os professores.
- A união do grupo foi fortalecida, não digo tanto nos jogos de futebol, mas nas atividades novas que vocês trouxeram. Um bom exemplo, foi a atividade da corrente, pois se não houvesse união e entendimento entre o grupo não seria possível pegar o que estava fugindo.

3) O que vocês aprenderam na aula de Educação Física?

- Eu aprendi a respeitar os outros e a jogar bola demais.
- Aprendemos a conviver
- O que nos ajuda muitas vezes é o trabalho em equipe e a união.
- A corrente, respeito aos professores.

4) Fale sobre as coisas ruins e boas das aulas de Educação Física.

- As ruins é que tem muitos xingamentos entre nós e as boas é que eu evito as brigas e palavrões.
- Sempre gostei de Educação Física, não houve nada de ruim; o que achei interessante foram as atividades novas.
- Briga, palavrões e de bom respeito, não brigar pedir desculpas pro amigo.

5) O que faltou nas aulas neste ano?

- Eu acho que não faltou nada
- Para mim nada faltou porque foi legal conhecer vocês neste ano de ajuda, para nós é muito bom.
- Corridas
- Fez vôlei.
- Nada, confesso que no começo achei diferente, mas no final foi muito legal.

6) Que atividade vocês mais gostaram?

- Eu gostei de todas as atividades porque não é bom fazer só uma atividade.
- Da corrente
- Corrente.
- Futebol, corrente.
- Eu gostei mais da corrente.